

HABEAS CORPUS Nº 570.229 - SP (2020/0078700-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANGELO DE CAMARGO DALBEN - SP330194
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : K G F (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de K. G. F. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que a paciente foi internada provisoriamente (e-STJ fls. 42/44), tendo sido oferecida representação pelo Ministério Público estadual em seu desfavor pela prática de ato infracional análogo ao delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 15/18).

Segundo a acusação, a adolescente, "*sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, em circunstâncias que caracteriza tráfico internacional e interestadual, transportava e trazia consigo 14.606,1 gramas [aproximadamente quatorze quilos, seiscentos e seis gramas] de maconha (dividas em 13 tijolos de erva seca compactada), sendo que toda essa droga se destinava ao comércio ilícito de entorpecentes*" (e-STJ fl. 16).

Impetrado *habeas corpus* com pedido liminar na origem, a desembargadora relatora deferiu em parte o pleito emergencial em atenção ao disposto no art. 5º do Provimento CSM n. 2.546/2020, a fim de que a paciente fosse colocada em local separado dos demais adolescentes na própria Fundação Casa (e-STJ fls. 71/73).

Daí o presente *writ*, no qual aponta a defesa ilegalidade na decretação da internação provisória.

Sustenta ausência de fundamentação idônea para a imposição da medida aplicada, além de mostrar-se inadequada, tendo em vista a primariedade da

adolescente, o que vai de encontro ao disposto nos arts. 108 e 122, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ressalta, também, que *"no momento o país vive um surto em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus, sendo que apreensão cautelar deve ser reservada para aqueles casos em que, realmente, há imperiosidade da medida"* (e-STJ fl. 4).

Aduz, também, que a conduta praticada não envolveu violência nem grave ameaça contra terceiros e pontua que *"a quantidade de droga apreendida com o adolescente não pode ser motivo para justificar a aplicação de medida tão extremada como a internação"* (e-STJ fl. 10).

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, a imediata liberação da adolescente, a fim de que possa cumprir a medida em meio aberto (e-STJ fls. 3/14).

É o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Na espécie, a desembargadora relatora deferiu em parte a liminar nos seguintes termos (e-STJ fls. 72/73):

III. A fundamentação lançada na decisão atacada é consistente e está de acordo com o art. 108, parágrafo único, do ECA. Verifica-se a existência de indícios de provas de materialidade e autoria, conforme os documentos dos autos de origem: auto de apreensão de adolescente (fls. 15/19), boletim de ocorrência (fls. 20/22), auto de exibição e apreensão (fls. 25/26) e o laudo de constatação (fl. 23).

Apesar da primariedade da paciente, nota-se o seu grande envolvimento com o meio delitivo e o estado de vulnerabilidade em que se encontra. Nos seus 13 anos de idade, saiu de sua residência em Estreito - MA, sem o consentimento materno e foi apreendida no Estado de São Paulo com 13 tijolos de maconha (14.606,1g) trazidos do Paraguai.

A decisão atacada está em conformidade com o provimento do Conselho Superior da Magistratura n. 2546/2020, publicado no DJe em 19/03/2020, pois a adolescente não se enquadra nos casos excepcionados pelo art. 4º.

Superior Tribunal de Justiça

No entanto, há de se cumprir o disposto no art. 5º do mesmo provimento:

"Art. 5º - Preferencialmente, os adolescentes apreendidos em flagrante deverão ser colocados em quarentena, ou seja, em local separado dos demais adolescentes, pelo período mínimo de de: dias, na própria unidade da Fundação Casa".

IV. Daí o porquê, defiro em parte a liminar para se cumprir o art. 5º do Provimento CSM n. 2546/2020.

Logo, verifica-se que a questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo colegiado do Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator